

Wittgenstein, L. 1922. *Tratado Lógico-Filosófico / Investigações Filosóficas*. Trad. M. S. Lourenço. Lisboa: Gulbenkian, 1994.

constativo, acto *Ver* ACTO CONSTANTIVO.

construtivismo *Ver* INTUICIONISMO, AXIOMA DA ESCOLHA.

contacto, princípio do *Ver* ATOMISMO LÓGICO.

contável, conjunto *Ver* CONJUNTO CONTÁVEL.

contável, termo *Ver* TERMO CONTÁVEL / TERMO DE MASSA.

conteúdo Os estados mentais parecem dividir-se em duas categorias. Por um lado, há estados, como dores e cócegas, cuja natureza é exaurida pela maneira como são sentidos quando os temos, pela suas fenomenologias individualizadoras. Tais estados parecem não ser «acerca» do que quer que seja, ou «significar» o que quer que seja. Por outro lado, há estados, como acreditar que a neve é branca ou desejar que o gato não estrague a mobília, que parecem não ter de forma alguma quaisquer fenomenologias interessantes, mas que parecem ser acerca de coisas e significar algo.

Em relação a este último género de estados, estados que Russell baptizou de «ATTITUDES PROPOSICIONAIS», aquilo que eles significam é o seu conteúdo proposicional, ou, abreviadamente, o seu conteúdo. (A outra parte, a parte designada por verbos psicológicos como «acreditar» e «desejar», é a atitude adoptada em relação ao conteúdo proposicional.) O conteúdo de uma atitude proposicional é habitualmente especificado, numa linguagem, através do uso de uma «oração subordinada» — Maria deseja que o gato não estrague a mobília, João acredita que a neve é branca.

A noção de conteúdo proposicional suscita um conjunto de questões difíceis em metafísica, acerca das quais não há senão controvérsia. A julgar pelas aparências, uma atribuição de crença como aquela que é mencionada no

parágrafo precedente (*mutatis mutandis* para os outros estados psicológicos) parece relacionar João, através da crença, com uma certa coisa — a PROPOSIÇÃO de que a neve é branca. Assim, parece correcto fazer uma inferência de «João acredita que a neve é branca» para «Há algo que João acredita». Isto parece mostrar que os conteúdos proposicionais são objectos de um certo género, com os quais as pessoas podem estar em diversas relações psicológicas. Mas que tipos de objectos são os conteúdos proposicionais, que tipos de coisas são as coisas acreditadas? Parecem abstractos: que a neve é branca não está no Rossio, ou no meu carro. Parecem independentes da linguagem: que a neve é branca parece algo que poderia ser verdadeiro mesmo se ninguém tivesse concebido uma linguagem na qual fosse expresso. Parecem independentes da existência de qualquer mente em particular: duas pessoas podem partilhar o pensamento de que a neve é branca. Parecem mesmo independentes da existência de toda e qualquer mente: que a neve é branca parece algo que poderia ser verdadeiro mesmo que ninguém tivesse, ou mesmo que ninguém pudesse ter, pensado nisso. Além disso, como é ilustrado pelos exemplos, os conteúdos proposicionais têm CONDIÇÕES DE VERDADE (e de falsidade); e, na verdade, parecem ter as suas condições de verdade de modo essencial: nenhuma proposição pode ser a proposição de que a neve é branca a menos que ela seja verdadeira se, e só se, a neve é branca.

Todas as observações anteriores são acomodadas pelo ponto de vista de que um conteúdo proposicional é um conjunto de MUNDOS POSSÍVEIS, designadamente o conjunto de todos os mundos nos quais a proposição é verdadeira. Um tal ponto de vista tem sido bastante popular na filosofia recente. Mas tem problemas. Considere-se a crença de que ou a neve é branca ou a neve não é branca e a crença de que $2 + 2 = 4$. Aparentemente, estas são crenças distintas: parece possível acreditar numa delas sem que, em virtude disso, se acredite na outra. Todavia, como são ambas necessariamente verdadeiras, são ambas verdadeiras em todos os mundos pos-

conteúdo

síveis. Por conseguinte, uma concepção de conteúdo proposicional em termos de mundos possíveis pareceria não ser capaz de discriminar entre aquelas crenças; pareceria ter de concluir que qualquer pessoa que acredite numa certa verdade necessária acredita nelas todas. E isso parece não estar certo. (Para mais discussão, veja-se Stalnaker 1984.)

Estas considerações dão-nos uma razão para defender a ideia de que os conteúdos proposicionais não são simplesmente conjuntos, mas são mais como complexos estruturados de objectos e propriedades. O conteúdo da crença de que a neve é branca é o complexo estruturado composto pela substância neve e pela propriedade de ser branca (juntamente com a propriedade da exemplificação). Isto dá conta do problema acerca de acreditar em verdades necessárias: a diferença entre a crença de que $2 + 2 = 4$ e a crença de que ou a neve é branca ou a neve não é branca consiste, em parte, no facto de a primeira envolver a propriedade da adição, ao passo que a última não.

Infelizmente, um conjunto de considerações famosas que se devem a Frege (1892) parecem mostrar que também isso não está certo. Considere-se a crença de que a água é potável e a crença de que H_2O é potável. Aparentemente, não são a mesma crença, pois parece possível alguém ter uma delas sem que, em virtude disso, tenha a outra. De facto, parece possível uma pessoa acreditar que a água é potável e não só não acreditar que H_2O é potável como também acreditar activamente, sem contradição, que H_2O não é potável. Todavia, a propriedade de ser água é simplesmente a propriedade de ser H_2O — ou é isso que a ciência parece ensinar-nos. Assim, parece que os conteúdos das crenças têm de ser compostos por partes constituintes que sejam mesmo mais finamente individuadas do que objectos e propriedades. Tais partes constituintes mais finamente individualizadas são normalmente referidas como modos de apresentação de objectos e propriedades. Uma das grandes questões por resolver na metafísica do conteúdo diz respeito à natureza dos modos de apresentação (Salmon

1986, Schiffer 1990).

Outra classe importante de problemas metafísicos suscitados pelo tópico do conteúdo proposicional diz respeito à relação de conteúdo. Em virtude de que género de facto é que um certo estado neuronal particular é a crença de que p ? (*Ver* PROBLEMA DA MENTE-CORPO.) Esta questão pode ser dividida em duas outras. Em virtude de que género de facto é que um estado particular é uma crença (em oposição a, por exemplo, um desejo)? E em virtude de que género de facto é que ele exprime a proposição p ?

Concentrando-nos na segunda questão, muitos filósofos estão inclinados a pensar que o facto em questão tem de ser naturalista, e provavelmente causal. Há muitas razões para esta convicção. Algumas são puramente ontológicas: os filósofos têm relutância em admitir propriedades que, ou não são idênticas às propriedades descritas pela física, ou não são SOBREVENIENTES em relação a essas propriedades (*ver* FISCALISMO). Outras razões são de natureza mais explicativa: é difícil ver como se poderia dar às propriedades de conteúdo das crenças um papel causal na explicação do comportamento na suposição de que elas não têm uma natureza fundamentalmente naturalista. Um naturalismo não reducionista acerca das propriedades do conteúdo parece comprometido, de forma implausível, quer com uma espécie peculiar de causalidade dupla, quer com a incompletude essencial da física (Kim 1979).

Por conseguinte, parece que há muito a militar a favor de um naturalismo reducionista acerca das propriedades de conteúdo das crenças. Infelizmente, porém, as tentativas de articular um naturalismo reducionista do género desejado têm tido muito pouco êxito. Com efeito, estão disponíveis argumentos importantes em direcção à conclusão de que as propriedades do conteúdo não podem ser naturalizadas. Muitos desses argumentos sublinham o carácter alegadamente normativo da noção de conteúdo (Davidson 1980, Kripke 1982).

O impasse corrente em redor da metafísica do conteúdo tem tido um efeito previsível: tem encorajado um cepticismo crescente em rela-

ção ao conteúdo. Um número significativo de filósofos contemporâneos estão inclinados a pensar que talvez não haja de forma alguma estados mentais com conteúdo, que a ideia de um estado mental com conteúdo é apenas parte de uma teoria psicológica comum má e falsa (Churchland 1981). Não é claro que tal cepticismo seja justificado; na verdade, não é claro que seja mesmo coerente (Boghossian 1990). *Ver também* REFERÊNCIA, TEORIAS DA; MUNDO POSSÍVEL; SOBREVENIÊNCIA; ESTADO MENTAL; ATITUDE PROPOSICIONAL. PB

- Boghossian, P. A. 1990. The Status of Content. *Philosophical Review* 99: 157–84.
- Churchland, P. M. 1981. Eliminative Materialism and the Propositional Attitudes. *Journal of Philosophy* 78: 67–90.
- Davidson, D. 1980. Mental Events. In *Essays on Actions and Events*. Oxford: Clarendon Press.
- Frege, G. 1892. On Sense and Meaning. In *Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege*, org. por P. Geach e M. Black. Totowa: Rowman and Littlefield, 1980.
- Kim, J. 1979. Causality, Identity and Supervenience in the Mind-Body Problem. *Midwest Studies in Philosophy* 4: 31–49.
- Kripke, S. 1982. *Wittgenstein on Rules and Private Language*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Salmon, N. 1986. *Frege's Puzzle*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Schiffer, S. 1990. The Mode-of-Presentation Problem. In C. A. Anderson e J. Owens, orgs., *Propositional Attitudes*. Stanford: CSLI.
- Stalnaker, R. 1984. *Inquiry*. Cambridge, MA: MIT Press.

conteúdo estrito / lato Chama-se «estrito» ao conteúdo de um estado mental que depende apenas do sujeito do estado mental e «lato» ao que também depende do mundo. O conteúdo estrito de um estado mental deve a sua existência e identidade apenas ao sujeito desse estado mental. O conteúdo lato de um estado mental deve a sua existência e identidade a coisas no mundo.

A distinção entre conteúdo estrito e lato foi introduzida por Putnam em «The Meaning of «Meaning»» (1975) e é normalmente ilustrada através de experiências mentais do tipo TERRA GÊMEA. Nessas experiências tenta-se saber em que medida é que o conteúdo mental estrito determina tanto o significado das palavras como as crenças e desejos que exprimimos através delas. Na experiência da Terra Gémea Putnam mostra que nalguns casos, nomeadamente no caso de termos para tipos naturais, o significado das palavras depende de características do mundo físico exterior ao sujeito. Como tal, as crenças em cuja especificação entrem termos desse tipo também dependem do mundo físico. Tyler Burge, em «Individualism and the Mental», generalizou de um certo modo as conclusões atingidas por Putnam. Nesse artigo, Burge constrói uma experiência mental que mostra como o conteúdo mental depende, não só do mundo físico, mas também do mundo social e da comunidade linguística. Estas duas experiências mentais tiveram grande impacto na filosofia da mente contemporânea, pois desafiavam a ideia comum de que os conteúdos mentais, principalmente o conteúdo de crenças e desejos, podem ser identificados recorrendo apenas a aspectos internos do sujeito que deles tem experiência. Essas experiências mentais desafiavam também a ideia de que o significado das palavras e as crenças que com elas exprimimos estão «na cabeça» (usando a expressão de Putnam).

A experiência mental da Terra Gémea consiste em imaginar duas Terras semelhantes em todos os aspectos menos num pormenor físico determinado. Em seguida compara-se a situação de um personagem na Terra, podemos chamá-lo Oscar1, com a de um personagem na Terra Gémea, podemos chamá-lo Oscar2. Os dois Óscares são idênticos molécula a molécula, são réplicas físicas exactas um do outro. Supõe-se depois que a palavra «água» na Terra refere-se a um líquido cuja estrutura é H₂O. Entretanto, na Terra Gémea (onde também se fala português), a palavra «água» refere-se a um líquido semelhante em todas as proprieda-